

Juan Calfulcurá e os crioulos. Protagonismo indígena no Pampa argentino na primeira metade do século XIX

Juan Calfulcurá and the *criollos*. Indigenous people protagonism in the Argentinean Pampa, during the first half of nineteenth century.

Ana Carrollina Gutierrez Pompeu*
Alessandra González Seixlack**

Resumo: A ocupação das áreas indígenas do Pampa pelo Estado argentino foi derivada de um longo processo marcado por conflitos e pela capacidade indígena de negociação e adaptação às diferentes realidades políticas do século XIX. Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, colocou os tratados interétnicos como uma das principais formas de manutenção da paz na fronteira com os índios, quando não era possível a incorporação territorial pelos crioulos. Chamada de “Negócio Pacífico de Índios”, essa forma de negociação que mesclava diplomacia e conflito terminou por fortalecer alguns personagens indígenas, como o *longkosaliner* Juan Calfulcurá, que soube habilmente conduzir o diálogo com os crioulos. Essa dinâmica de interações durou com maior ou menor intensidade até a década de 1870, quando a consolidação do Estado nacional na Argentina modificou a tônica das relações com os índios do Pampa, colocando o conflito como única via para a incorporação territorial.

Palavras-chave: Fronteira interna. Juan Calfulcurá. Argentina.

Abstract: The occupation of the Indigenous people lands in the Pampa by the Argentinean State came from a long process of conflicts as so the Indigenous ability to negotiate and adapt to different political realities during the XIXth century. Juan Manuel de Rosas, governor from the Buenos Aires state, turn interethnic treats as the main form to achieve the peace in the frontier with the Indigenous groups, when were not possible to gain their lands by the *criollos*. Called by “Indigenous Peaceful Deal”, this way of negotiation that mixed diplomacy and conflict ended up by strength some Indigenous characters as the *longkosaliner* Juan Calfulcurá, which mastery the dialogue with the *criollos*. This dynamism of interaction lasted until the 1870s decade, when the consolidation of the national State in Argentina changed the system

* Doutora em História pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade de Brasília.

** Doutora em História pela PUC/RJ. Professora substituta da UFRJ.

how the negotiation with Indigenous people worked, and the conflict had emerged as the only way to gain their territory by the State.

Keywords: Internal Frontier. Juan Calfulcurá. Argentina.

Espaços de fronteira

Até as últimas décadas do século XIX, a porção sul das atuais províncias de Buenos Aires, San Luiz, Córdoba, Santa Fé e Mendoza, áreas correspondes ao Pampa e a Patagônia, permaneciam fora do território que era de fato ocupado pelos argentinos. Esses espaços eram por sua vez ocupados por distintas sociedades de índios independentes, mas que interagiam com a sociedade argentina (ou com a sociedade crioula, já que essa identificação nacional só ficou mais clara nas últimas décadas do século XIX), em um vasto espaço chamado de “espaço de fronteira”, utilizando a categoria de Lidia Nacuzzi (NACUZZI, 2010). Por meio desse “espaço de fronteira”, multicultural e mestiço, em que os crioulos chamavam à época de “fronteira interna”, ocorriam situações diversas de interação, mestiçagem e conflito. Apesar da denominação de “fronteira”, eram em realidade mais do que uma área de limite entre duas sociedades, mas sim, constituía-se um limite poroso e um espaço de trânsito e de interações.

Essas regiões para além da “fronteira interna”, eram habitadas por etnias *mapuches*, *tehuelches*, *pehuenches*, entre outras, complexamente organizadas social e politicamente. A partir do contato com os povos de origem europeia, essas sociedades sofreram diversas transformações em seus aspectos políticos e econômicos, adaptando suas práticas para garantir sua autonomia, entre formas de resistência e integração pacífica (BECHIS, 2010). Essas sociedades de índios eram diversas e mestiças entre si, a exemplo dos grupos de índios araucanos do Chile que se estabeleceram fortemente no Pampa desde o começo do século XIX. Organizados em cacicados hereditários ou não, essas sociedades faziam o uso dos *malones*, que era mas invasões de grupos armados aos povoados e as fazendas criadoras de animais, cujo objetivo era pressionar os crioulos a estabelecer relações diplomáticas ou para efetuar a apreensão do gado e do cavalo, introduzido em suas culturas desde o século XVIII. A fronteira política entre Chile e Argentina politicamente construída no final do século XIX, não existia nesse período e ao invés dela, existia um complexo indígena arauco-pampeano-patagônico (BECHIS, 2010), abrangendo as regiões sul

da Argentina e do Chile, integradas pelo constante movimento comercial indígena, sobretudo com a venda do gado argentino no comércio chileno (RATTO, 2015).

No entanto, para os contemporâneos argentinos que se preocupavam em construir um sentido de Estado nacional para aquela ex-colônia espanhola, os espaços que se encontravam além da “fronteira” e que eram habitados por índios, eram definidos metaforicamente como um “deserto”. Ao atribuir o conceito de “deserto” a um espaço povoado, a elite intelectual e política argentina tinha a intenção de descaracterizar esses habitantes, ao opor esse espaço a outro conceito comumente utilizado no período: “civilização”. O deserto seria o espaço onde a “civilização” não se encontrava, o que colocava os índios como sujeitos não capacitados a produzir “civilização”, mas apenas sua antítese, a “barbárie” (ALBERDI, 1852; SARMIENTO, 1845).

Parte das ações crioulas nas “fronteiras internas” estiveram relacionadas a acabar com esses “desertos”, seja por meio do combate à população indígena que os habitava, seja pelo incentivo à imigração europeia que terminaria por “civilizá-lo”. Durante essa etapa de consolidação dos Estados nacionais, as sociedades indígenas habitavam zonas de soberania incertas, que eram almeçadas pela comunidade política argentina que se consolidava a partir da construção de sua própria territorialidade (MORAES, 2009). Além disso, esses “desertos” representavam os “espaços de fronteira” citados, inseridos a uma realidade permeável, difusa e dinâmica no tocante às interações com a sociedade crioula. Caracterizavam-se pela circulação de ideias, pessoas, objetos, recursos e tecnologias; eram definidos e atravessados por múltiplas relações interétnicas – entre os grupos indígenas entre si e com os grupos *hispanocrioulos*; onde ambos os grupos estavam sujeitos às lógicas de negociação, alianças, intercâmbios e conflitos (LUIZ, 2006).

Rosas e o Negócio Pacífico de Índios

Após o processo de Independência, a Argentina não conseguiu estabelecer um poder central unificado e que conectasse todas as províncias. Disputas pela soberania das províncias e por uma tendência mais centralizadora e dominante de Buenos Aires deram a tônica da primeira metade do século XIX, representado nas tendências de unitários, aqueles que queriam um governo centralizado, e federalistas, onde almejava-se a independência política das províncias (TERNAVASIO, 2009, p.

153). Além de tenta dominar o cenário político, Buenos Aires era a província com maiores divisas devido à arrecadação proveniente de seu porto, aumentado com a paulatina dinamização do comércio internacional de carnes e outros derivados de animais. Nesse contexto, o governador dessa província e também representante do país no exterior, Juan Manuel de Rosas, tornou-se a figura política mais importante do cenário político desde que assumiu em 1829.

Rosas estabeleceu pactos interprovinciais para formar a chamada Confederação Argentina (1831-1861). O primeiro pacto da Confederação foi acordado somente entre as Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios, estendendo-se nos anos subsequentes às demais do interior. Em 1835, ao ser novamente eleito governador de Buenos Aires, cargo que ocuparia de forma ininterrupta até 1852, Rosas adquiriu poderes extraordinários que lhe permitiram dirigir e centralizar ainda mais política interna e externa da Confederação Argentina. No âmbito interno, Rosas buscou neutralizar a influência dos unitários, que se opunham ao projeto federalista por ele defendido. Sem estabelecer uma constituição nacional ou órgãos de governo nacionais, unificou as províncias pela imposição de uma “ditadura” do Partido Federal em cada uma delas. No âmbito externo, idealizou a hegemonia da Confederação na região do Prata, endossando o projeto para o restabelecimento dos contornos territoriais do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata (MYERS, 2010).

No tocante à política em relação aos indígenas, Juan Manuel de Rosas foi responsável por institucionalizar um modelo de negociação diplomática conhecido como “Negócio Pacífico de Índios” (QUIJADA, 2015, p. 237). Sua inspiração provinha de conhecidas práticas do período colonial, quando os caciques costumavam ser generosamente alimentados e presenteados pelos espanhóis, quando da visita de autoridades ou da participação em parlamentos, em troca de assegurarem a não realização dos *malones*. O fornecimento regular de bens e víveres aos indígenas (*raciones*, em espanhol) foi sistematizado e transformado em importante nexo econômico-social que vinculava nativos e crioulos. Tornou-se a base para o delineamento das categorias de “índios aliados” – aqueles que mantinham sua autonomia territorial” – e de “índios amigos” – aqueles que, reduzidos ou submetidos, respondiam às ordens militares ou de forças regulares do governo, estando instalados nas imediações das fronteiras (BECHIS, 1998). Sua prática contribuiu também para a emergência dos grandes cacicados do Pampa, em especial a Confederação de Salinas Grandes, liderada pelo cacique por Juan Calfucurá.

O protagonismo de Juan Calfulcurá

Proveniente da região chilena de Llaima, Juan Calfulcurá se estabeleceu no Pampa argentino durante a década de 1830. A partir da construção de uma vasta rede de relacionamento com outras etnias como os grupos *ranqueles*, *tehuelches*, *pehuenches*, “índios amigos”, *arribanos* e *huilliches*, Calfulcurá fortaleceu sua liderança, sendo capaz de convocar e mobilizar uma coalizão de distintos grupos indígenas da área pampeana-patagônica. Conforme explicam Andrés Bonatti e Javier Valdez, em 1834 Calfulcurá aliou-se a Rosas para enfrentar um inimigo comum: os índios *boroganos*, que ocupavam a região de Carhué, em Salinas Grandes, ao sul de Buenos Aires (BONATTI; VALEZ, 2015). Pelo acordo com Rosas, Calfulcurá se comprometia a submeter os *boroganos* e a assentar-se na região como único soberano, enquanto Rosas lhe garantia a entrega periódica de *raciones* e a convivência pacífica com o governo de Buenos Aires.

Entretanto, é importante distinguir os alcances obtidos pela confederação indígena de Calfulcurá do exercício de seu cacicado, isto é, da relação mais estável de autoridade estabelecida entre este chefe e seus seguidores mais próximos. Nesses termos, confirma-se o caráter segmentário do mundo indígena em foco: Calfulcurá não foi porta-voz de uma “unidade indígena”, tampouco exerceu domínio permanente e absoluto sobre amplas parcialidades indígenas (JONG, 2009, p. 11). A presença do cacique Calfulcurá levou Rosas a se impor perante os indígenas ao mesmo tempo em que evitava a violência na fronteira, com o chamado “Negócio Pacífico de Índios”. É provável que essa forma de negociação interétnica tenha se consolidado pela incapacidade crioula de expandir o território e de fazer frente ao indígena e o “Negócio Pacífico” funcionou como uma forma de manter relativa estabilidade na fronteira enquanto eram postas em prática estratégias expansionistas e defensivas. A periodicidade em que ocorriam os pagamentos de *raciones*, além do grande volume de animais disponíveis em razão desse pagamento, permitiu aos indígenas abastecerem suas redes comerciais com os mercados trans-cordilheiranos, o que gerava um comércio não apenas dependente da violência dos *malones*, mas sim, dos acordos de paz com os crioulos (RATTO, 2015, p.27).

Dessa forma, os índios eram recompensados por não atacarem a fronteira, mas continuavam utilizando os ataques como instrumento para forçar negociações de

paz e pressionar o cumprimento dos tratados. As *raciones* converteram-se em parte determinante da lógica interna das comunidades indígenas na Argentina. Supriram sua carência material, com o fornecimento de animais, ervas, açúcar, tabaco, álcool, vinho, roupa; tornaram assimétrica a relação entre *longkos* (homens de bom juízo e razão, generosos, possuidores do dom da oratória e conhecedores das famílias aliadas e da parentela) e *conas* (guerreiros) a partir da apropriação diferenciada de elementos dotados de valor simbólico, como vidro, cerâmica, estribos de prata, uniformes militares e armamentos (BECHIS, 1999, p.5). Finalmente, serviram para estimular os conflitos entre os chefes de família com menos capacidade de gestão ante as autoridades republicanas. Para Calfulcurá, o pagamento de *raciones* foi fator de seu fortalecimento no Pampa, já que o benefício com os crioulos trouxe vantagens no estabelecimento de relações com outros grupos indígenas e caciques do Pampa, Patagônia e Araucania. Ao mesmo tempo, os conflitos com o governo de Buenos Aires eram controlados por meio de um sistema de “equilíbrio de poder”, onde se mantinha a soberania territorial indígena enquanto era criado um sistema que vinculava a subsistência indígena com uma relação de dependência com o governo crioulo (RATTO, 2015, p. 30). O “Negócio Pacífico” funcionava para os “índios aliados” (ou índios “inimigos” quando promoviam ataques) como uma forma de impedir que eles atacassem a fronteira, além de impedir que outros índios o fizessem como era o caso de Calfulcurá. Para os “índios amigos” que viviam na parte crioula da fronteira, as rações eram utilizadas como forma de pagamento pelo trabalho que realizavam defendendo a fronteira contra os *malones*. O trecho abaixo exemplifica a ação dos *malones* realizada pelos índios inimigos, capturando gado das fazendas cujo destino eram os circuitos comerciais nos Andes:

Que los “malvados enemigos” hostilizaron por el 20 de Octubre por el lado de Patagones, llevandose mas de 1500 cabezas de ganado de propiedad de Alfaro (...) que también incendiaron los panchos y se llevaron una caja grande de armamento y municiones (...) que los **indios enemigos** se hallan del otro lado del Rio Negro en retirada para la cordillera (Anônimo, carta para Rosas, 1832, AGN).

O “Negócio Pacífico” de índios representou uma das estratégias de ação e de convivência com os índios das fronteiras, procurando equilibrar os interesses dos estancieiros de Buenos Aires em expandir as áreas de criação de animais para os Pampas com o fluxo de imigrantes indígenas provenientes da Araucanía chilena, que

fizeram da região sua morada permanente, construindo novas relações com os índios locais e os crioulos (RATTO, 2015, p. 25). Nesse contexto, Rosas utilizou esse mecanismo como forma de produzir uma relativa paz na fronteira e de viabilizar uma expansão crioula que não entrasse em conflito com os indígenas, uma vez que não era possível derrotá-los. De fato, a expansão das terras e a intenção do colonizador crioulo em explorá-las existiram desde a chegada dos europeus no Rio da Prata. No entanto, as dificuldades encontradas pela resistência indígena levaram a adaptações que produziram um mundo de fronteira mestiço e de grande porosidade, em que a convivência pacífica ou violenta entre indígenas e crioulos ocorreu de forma mais ou menos intensa até as últimas décadas do século XIX.

Rosas colocou em prática durante as décadas de 1820 até 1840 uma política que alternava o “Negócio Pacífico” com ações ofensivas, tratando ambas como ações complementares (RATTO, 2015, p. 26). As possibilidades comerciais na zona de fronteiras e o pagamento de *raciones* atraíram o interesse de grupos *mapuches* para as proximidades de Buenos Aires, sendo que, ao se consolidarem em Salinas Grandes no final da década de 1830, Calfulcurá e seus índios tornaram-se importantes na configuração política do Pampa, garantindo o vínculo desses indígenas e seu território com o reconhecimento dos crioulos por meio dos tratados e o fortalecimento interétnico pelo controle de uma região fundamental para os fluxos comerciais (JONG, 2015, p. 36).

Essa estratégia de trato com os nativos foi baseada em políticas dos Bourbons durante o período colonial, e dessa forma, os próprios índios eram utilizados para defesa e povoamento da fronteira, atestando o reconhecimento da incapacidade do governo de Buenos Aires em fazer frente a todos os grupamentos de “índios inimigos” e, também, de ocupar as áreas de fronteira (QUIJADA, 2011, p. 211). Manter a paz ou cultivar a situação de guerra com todos os grupos indígenas do Pampa não era viável para os incipientes organismos do governo argentino na primeira metade do século XIX, e, nesse sentido, os tratados atuavam como forma de viabilizar o controle das sociedades que habitavam o Pampa. Era permitido que “índios amigos” habitassem o interior das fronteiras crioulas, desde que ajudassem a defendê-las de outros índios considerados inimigos, sendo que muitos cumpriam funções formais no exército.

Portanto, o “Negócio Pacífico” de índios foi uma estratégia restrita a determinados caciques, operando sobre um sistema de alianças e rivalidades que utilizavam a soberania de determinados grupos indígena como instrumento de

proteção crioula. Não era apenas sobre dominar e controlar os índios, mas estabelecer relações que utilizavam o poder político e militar de alguns caciques como parte da tentativa de segurança na “fronteira interna” promovida pelos crioulos. Muitos grupos de índios acabavam tornando-se “*vecinos*”, ou seja, habitando em povoações próximas a fronteira desde o lado crioulo. Tal sistema foi possível graças à flexibilidade característica das sociedades indígenas do sul da Argentina e do Chile: suas alianças internas, assim como suas lideranças, eram fluidas e realizadas por vínculos de parentescos como casamentos e na maioria das vezes não existia um único núcleo de poder, o que levava à flutuação dos mecanismos de chefaturas, bem como de acordos e rivalidades (BECHIS, 2010, p. 126). *Ranqueles* e *Salineros* fizeram parte dos mecanismos políticos do “Negócio Pacífico” de Rosas, juntamente com outros grupos que habitavam o interior das fronteiras crioulas, cumprindo o duplo objetivo de promover rivalidades entre os grupos indígenas e manter estável a situação de invasões na fronteira.

No entanto, seria equivocado interpretar a política de Rosas como uma expressão da debilidade dos indígenas e de sua submissão total aos interesses *hispanocrioulos*. Por um lado, é inegável que, com o avançar do século, esta forma de relação contribuiu para a imposição da soberania do Estado nacional sobre o Pampa. Implicou o disciplinamento dos batalhões de “índios amigos”, o controle relativo das alianças indígenas e a redução considerável do número de *malones*, na medida em que sua suspensão era pré-requisito para a assinatura e manutenção dos acordos de paz e do pagamento de *raciones*. Progressivamente, os *malones* voltados para a apreensão de animais, o rapto de mulheres e crianças ou simplesmente o manejo do pânico sobre os brancos, se reduziram a atos isolados. Costumavam ser protagonizadas por indivíduos subalternos ou periféricos à influência dos *longkos*, o que por vezes suscitou queixas daqueles interessados na continuidade dos negócios pacíficos com os brancos.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que o “Negócio Pacífico de Índios” representou o reconhecimento dos nativos enquanto interlocutores políticos e atores relevantes na política provincial, dando continuidade à tradição colonial de contratos e acordos. Expressou também a aceitação de suas territorialidades e da circulação de pessoas e bens que as mesmas favoreciam. Na lógica de pensamento indígena (JONG, 2016, p.18; OJEDA, 2008), a exigência das *raciones* era justificada a partir de dois critérios: o da governabilidade – uma contrapartida pela manutenção da disciplina

militar e política sobre os demais índios da comunidade – e o da autoctonia – um pagamento pelo arrendamento das terras ocupadas pelo Estado nacional.

Entre março de 1833 e maio de 1834, Juan Manuel de Rosas organizou uma Campanha ao Deserto, que visava à transposição da linha de fronteira até o rio Negro. Ainda que a operação tenha permitido o avanço da fronteira interior em 29.000 léguas, com o controle efetivo da região que se estendia até Bahia Blanca e Carmen de Patagones, as guarnições fixadas na ilha de Choelechoel e nas margens do rio Negro foram progressivamente abandonadas, dada a ausência de um plano de ocupação definitivo do território (WALTHER, 1948). Embora a submissão de novos territórios à jurisdição estatal não tenha obtido avanços significativos durante esse conturbado contexto político, o mesmo não se pode afirmar a respeito dos acordos estabelecidos entre as autoridades crioulas e os grupos indígenas pampeanos. Em meio aos conflitos entre unitários e federalistas que se delinearam após a queda de Rosas, Juan Calfulcurá emergiu como o grande protagonista. Soube jogar com as rivalidades entre Buenos Aires e a Confederação Argentina, comandada por Justo J. Urquiza, o que lhe permitiu manter relações próximas com os dois grupos em disputa e pôr em prática seus projetos políticos e econômicos (PASSETTI, 2010).

A disputa existente entre o governador de Buenos Aires e forças provinciais, ficaram evidentes nas relações exercidas por Calfulcurá. Compreendendo a disputa de poderes entre Rosas e Justo José Urquiza, governador de Entre Ríos que passou a liderar a coalizão contrária a Rosas a partir de 1850, Calfulcurá se aproximou também de Urquiza estabelecendo uma política com os opositores de Buenos Aires, cujo objetivo era garantir o fornecimento de rações, apesar das disputas de poder entre os crioulos (JONG, 2009). O negócio pacífico que trouxe relativa paz com o governo de Rosas, não representou uma submissão desses índios ao governo de Buenos Aires (FRADKIN; GELMAN, 2015, p. 332). O pagamento de *raciones* era uma condição necessária à redução dos *malones* dada à importância da manutenção das redes comerciais controladas por caciques como Calfulcurá. No entanto, a percepção dos caminhos políticos em Buenos Aires levou o cacique a negociar com outros grupos e a encontrar distintas formas de pressionar os crioulos, atestando sua grande habilidade política, diferente das representações tradicionais que colocavam os índios como “selvagens” atores passivos, apenas preocupados com o roubo de animais das estâncias.

As correspondências trocadas entre Calfucurá e as autoridades crioulas indígenas revelam um discurso bastante crítico em relação aos portenhos. Em certa ocasião, descreveu-os a outro cacique, Juan Catriel como: “*unos perros hambrientos*” que “*handespedazadocuantohabíatenido Juan Manuel de Rosas*” (CALFULCURÁ, 1861, In: SARASOLLA, 2012, p. 2015). Em outra oportunidade, alertou Manuel Baigorria para o fato de que: “*si andamos desunidos seremos maltratados por los de Buenos Ayres, que intentan acabar con nosotros local que estando unidos no cumplirán sus deseos*” (CALFULCURÁ, 1861, In: OJEDA, 2008, p. 302).

O militar Manuel Baigorria, viveu entre os *ranqueles* desde 1831 até 1852, quando abandonou as *tolderías* para integrar as filas do exército de Justo José de Urquiza. Nascido na Província de San Luis em 1809, uniu-se aos *ranqueles* para ajudar a expulsar Rosas do poder, incentivando os índios a se vingarem contra as invasões e assassinatos cometidos durante a Campanha ao Deserto promovida por Rosas. Em troca do apoio dessa parcialidade indígena no conflito contra os rebeldes de Buenos Aires, os unitários respeitaram seus territórios e permitiram a realização de *malones* nas zonas fronteiriças da campanha bonaerense.

A desconfiança e a inimizade nutridas em relação aos dirigentes do Estado Livre de Buenos Aires também resultaram no estabelecimento de uma relação de matizes políticas e pessoais entre Calfucurá e Justo José de Urquiza. Entretanto, embora nunca tenha escondido sua preferência pela Confederação Argentina, o *longkosaliner* jamais deixou de buscar alianças com os portenhos. Em carta dirigida ao Presidente da Confederação Argentina, Calfucurá buscou esclarecer a adoção de um posicionamento político aparentemente contraditório:

Mi querido Hermano cuando ha llegado mi hijo Namuncura he sabido de que usted tiene muchos enemigos en Buenos Ayres no lo dudo porque usted es federal lo mismo que yo lo soy y siempre lo he sido por eso no dudare de que yo también he de tener muchos enemigos, **pero aunque yo ago ahora paz con ellos no crea que yo me he de dar a ellos. No nunca porque yo soy muy patriota e he siempre trabajado por el partido federal que es la opinión que yo siempre he abrazado** y que en ella me ha criado por eso no crea mi querido hermano que yo lo he de falciar nunca a mi hermano porque siempre he sido federal y siempre lo cere como eran los Casiques Melipan y Venancio pues puede creer mi hermano que si yo me doi ahora con los Porteños no es de todo mi corazón sino para obedecer a mi hermano como siempre lo he hecho porque **ya tengo la sangre Colorada sangre de federal** y no como los Porteños que hasta las puertas y ventanas las tienen verdes y azules (CALFULCURÁ, 1861, In: OJEDA, 2008, p. 338).

Calfucurá tinha plena consciência de que sua força política, seu prestígio social e até mesmo a subsistência de sua comunidade dependiam das relações com o governo de Buenos Aires. Essa foi a provável razão para que o *salinero*, nas vésperas do desfecho do conflito entre unitários e federalistas, tenha optado pela neutralidade, mesmo diante da declarada amizade com Urquiza. Como forma de comprovar sua disposição em estreitar laços com os portenhos, Calfucurá buscou desvincular-se das invasões realizadas às estâncias bonaerenses. Demonstrando-se um político bastante habilidoso, o *longko* atribuiu uma parcela da responsabilidade pelos *malones* a Urquiza, afirmando que: “*yo nunca he ido a invadir por mi orden a ninguna parte, sino porque el presidente Urquiza me ordenaba que le fuera a ayudar contoda mi gente*” (CALFULCURÁ, 1861, In: OJEADA, 2009, p.345). Em outros momentos, acusou os *ranqueles* de lhe imputarem injustamente a culpa pelas invasões, lançando luz sobre as cisões e rivalidades que existiam no próprio meio indígena.

Dizendo-se partidário dos federalistas e tendo confiado a Urquiza o apadrinhamento de seu filho Manuel Namuncurá, Calfucurá justificou as negociações mantidas com Bartolomé Mitre a partir de questões de ordem econômica. Tal argumentação fica bastante explícita na comunicação estabelecida com o militar Ignacio Rivas, comandante da fronteira sul, apenas quatro dias após a carta enviada a Urquiza:

Querido compadre: [...] le doy a saber que me he dispuesto en mandar la comisión [a Buenos Aires], como usted me lo dijo, porque **aquí no hay ha vacas ni yeguas**; la gente cuando va a las boleadas para juntar plumas, se les mueren algunos caballos, o ellos mismos se quiebran; **y le diré también que cuando mi gente va al Azul y llevan algún cuero y plumas, todo les pagan menos que a los cristianos, y si compran todo lo pagan más caro**, y así es que conforme usted me dijo de mandar una comisión a Buenos Aires, que sería bueno, me puse a pensar y consideré que haría bien de mandar; y ya le doy a saber que me he dispuesto a mandarla, para ver si el Gobierno me los regala (CALFULCURÁ, 1861, In: OJEDA, 2008, p. 345).

A unificação política resultante da derrota das forças da Confederação Argentina para o exército de Bartolomé Mitre com a Batalha de Pavón implicou transformações significativas para as forças indígenas. A análise das correspondências intercambiadas entre as principais chefaturas e as autoridades

argentinas nos permite entrever os novos matizes assumidos pelo relacionamento entre nativos e o Estado nacional na década de 1860. Assim, por exemplo, no início de 1863, Bartolomé Mitre como novo Presidente da República Argentina, dirigiu-se a Juan Calfucurá no intuito de queixar-se das recentes invasões ocorridas e de alertá-lo sobre as prováveis implicações do descumprimento dos tratados de paz previamente acordados. Adotando um discurso com tom paternalista, mas ao mesmo tempo incisivo e desafiador, Mitre afirmou:

Pero no puedo dejar de decir a usted que me sorprende que los mismos indios que están a sus órdenes, sean lo que nos invaden, como acaban de hacerlo ahora. Esto no puede ser, pues estando yo en paz y amistad con usted, no es posible que una parte de sus mismos indios vengan a robarnos, desobedeciendo sus consejos y órdenes. No podemos continuar tratándonos como amigos si una parte de sus indios me hace la guerra como enemigos. (...) Estamos en paz y ustedes han de tener en mí un padre cariñoso y de buen corazón; pero no he de transigir con los ladrones, y no he de cesar de perseguirlos hasta exterminarlos. (MITRE, 1863, In: OJEDA, 2008, p. 376)

Em resposta, Calfucurá expressou sua insatisfação frente às acusações feitas por Mitre. Para ele, não existiam fundamentos para que lhe fosse imputada a participação nos referidos *malones*, na medida em que era um homem de palavra, que vivia bem com todos e que não tinha intenção de descumprir o convênio de paz estabelecido (OJEDA, 2008, p. 376).

O que à primeira vista pode soar como um simples pretexto de Calfucurá visando camuflar seus verdadeiros interesses econômicos ou evitar represálias por parte das autoridades nacionais, evidencia na realidade a transformação das relações intra e interétnicas em curso na Argentina. Ao frisar a incapacidade de conter os “índios ladrões” e de sujeitá-los ao projeto de viver em paz com os *criollos*, o *longko* reconheceu a paulatina debilitação de seu poder de convocatória sobre as parcialidades indígenas antes agrupadas sob a Confederação de Salinas Grandes.

Conforme aponta Ingrid de Jong, a nova política de celebração de acordos e de tratados de paz implementada pelas presidências de Bartolomé Mitre (1862-1868), Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) e Nicolás Avellaneda (1874-1878) foi responsável por incrementar a capacidade do Estado nacional de ordenar e condicionar o comportamento político dos nativos (JONG, 2009). Isso porque as instituições fronteiriças funcionaram como instrumentos de intervenção sobre aspectos básicos da sociabilidade e da organização político-territorial indígena, tais

como a religião, o comércio, a justiça e a dispersão territorial (JONG, 2015). Diferentemente dos tratados pactuados no período colonial, os novos acordos celebrados no período de organização nacional eram fruto de um monismo jurídico. Deixaram de ser pensados como tratados internacionais com nações estrangeiras para serem concebidos como assuntos de política doméstica ou interior, de modo que os indígenas passavam a ter a mesma condição atribuída ao restante das populações subordinadas. Namuncurá, que sucedeu Calfulcurá após a sua morte em 1873, deu continuidade as estratégias de defesa dos espaços que consideravam como seus: *“sonlo territorio de un Estado que lespertenece y es ese estado de que se prejudicaria en caso de avance criollo”* (Apud BECHIS, 2006, p. 14). O território a qual se refere Namuncurá não era o Estado com o sentido jurídico-ocidental, mas sim, um espaço conscientemente ocupado e defendido por um grupo de índios, que apesar de heterogêneos entre si, se diferenciavam dos *criollos* e criavam para si construções próprias de identidade que os relacionavam com o espaço por eles ocupado.

Ademais, ainda que a estrutura segmental da sociedade indígena pampeana admitisse constantes fissões e recomposições de alianças, o Estado argentino adquiriu progressivamente o poder de intervir em dita flexibilidade. Acentuou uma pulverização de poderes e comandos endógena à própria comunidade aborígene. Embora não levasse à perda total da autonomia ou da autoridade exercida pelos grandes cacicados, a retomada dos métodos diplomáticos visando à estabilização das relações interétnicas nos anos posteriores à queda de Rosas implicou uma necessária reorganização do mapa político indígena (JONG, 2015). Uma política fronteiriça que seguisse as práticas coloniais do Império espanhol, reconhecendo a autonomia dos povos não submetidos à autoridade estatal, se tornara incompatível com o novo marco do Estado nação.

Nesse sentido, ao se aproximarem da fronteira, muitos caciques ligados a Calfulcurá passaram a privilegiar o vínculo com o governo nacional ante as oportunidades de confederar-se sob sua liderança. De fato, esse novo período abriu portas para a formalização e a sistematização de importantes tratados de paz diretamente estabelecidos entre os caciques e o governo, sem o intermédio de Calfulcurá e de sua Confederação de índios. Assim, foram perfilando-se parcialidades indígenas dotadas de uma maior independência, de uma clara demarcação territorial e de representantes políticos mais hierarquizados e estáveis, o que justifica a “perda

de controle” sobre os *malones* clamada pelo *longkosaliner*. *Manzaneros*, *ranqueles* e *tehuelches* são exemplos de grupos que, nesse contexto, fortaleceram seu poder representativo em função das negociações com as autoridades bonaerenses. Tais mudanças explicam, em primeiro lugar, o fato de uma parcela dos *ranqueles* não ter se submetido ao projeto “pacífico e amistoso” de Calfulcurá, levando-o a comunicar com certa constância o planejamento de invasões, em troca de dinheiro ou de bens materiais. Justifica também o reforço da aliança estabelecida entre *salinerose* os *mapuche* da porção ocidental da Cordilheira dos Andes, cujas visitas aos Pampas argentinos tornaram-se cada vez mais recorrentes.

Por outro lado, ocorreu uma fragmentação política indígena, seguida por um enfraquecimento dos principais caciques que rivalizavam com o governo, como Calfulcurá, tornando mais parcialidades indígenas dependentes do sistema político atrelado ao recebimento de *raciones* (RATTO, 2015). A diminuição progressiva dos tratados e conseqüentemente do pagamento de víveres, contribuiu para o enfraquecimento das sociedades do Pampa, facilitando ações repressoras, instaladas de forma sistemática a partir da década de 1870. Essa “contração do tecido social” indígena viria a ser responsável por isolar diferentes unidades políticas e por limitar a capacidade de resistência daquelas que se opunham aos projetos de expansão estatal. A presidência de Bartolomé Mitre foi responsável não apenas por cristalizar as novas bases do relacionamento entre os grupos indígenas e as autoridades crioulas, mas também, por impulsionar o processo de institucionalização e de unificação política do Estado argentino, dando origem ao que Alberto Lettieri denominou de “República das Instituições” (LETTIERI, 2008). A partir de então, teve início a construção de um regime republicano dotado de uma pretensão nacional, visando garantir o ingresso da Argentina nos padrões capitalistas e civilizatórios da Europa Ocidental.

O Estado nacional em perspectiva

O processo de institucionalização das bases do Estado colocadas pelo presidente Mitre acirrou os ânimos políticos na Argentina, além de resultar na divisão das autoridades liberais em dois grupos. Os partidários do “federalismo hegemônico”, defendido pelo Executivo, consideravam um eventual predomínio das províncias uma fonte de anarquia perpétua e uma ameaça à construção de uma nação

coesa. Em contrapartida, o “autonomismo defensivo” de Adolfo Alsina, inspirado em um espírito confederacionista, privilegiava os direitos das províncias e advogava limites ao avanço do governo central (LETTIERI, 2008).

Tais conflitos político-partidários acirraram-se durante a presidência de Domingo Faustino Sarmiento, que se valeu de um alto grau de concentração do poder para subordinar as forças políticas provinciais à autoridade do governo central e para pôr em marcha a expansão do tecido institucional estatal. Em sua força adquirida pelo processo de institucionalização e de centralização administrativa, o Estado argentino foi capaz de impulsionar medidas importantes, como a criação das primeiras escolas normais, a difusão de instrumentos culturais, os avanços no terreno da ciência, a criação do Banco Nacional, a aprovação do Código Civil, a realização do primeiro Censo Nacional, a solicitação de empréstimos à Inglaterra, a multiplicação das linhas férreas, a expansão das redes telegráficas e o estímulo à imigração (ROCK, 1987).

Em meio às conturbações políticas de ordem interna, os governos de Mitre e de Sarmiento foram também abalados pelo envolvimento do Estado argentino em um conflito armado de dimensões continentais. A Guerra do Paraguai, que se estendeu de dezembro de 1864 a março de 1870, opôs a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai, às pretensões expansionistas do Paraguai de Solano López sobre a Bacia do Prata (DORATIOTO, 2002). Mais do que analisar os aspectos geopolíticos do referido conflito, interessa aqui explorar suas implicações para a política de territorialização do Estado argentino e para as relações estabelecidas entre as autoridades nacionais e as parcialidades indígenas dos Pampas e da Patagônia.

Em primeiro lugar, é importante destacar que os nativos não permaneceram alheios à ocorrência da Guerra do Paraguai. Por vezes, de modo direto, negociaram a sua intervenção e participação na contenda, como nos permite entrever a correspondência endereçada pelo índio amigo Ignacio Coliqueo a Bartolomé Mitre, no ano de 1865:

El que firma tiene el honor de saludar al Excmo. Señor y por consiguiente manifestarle que siendo impuesto la guerra con el Paraguay, que intenta quitar el suelo donde nosotros somos nacidos, y tener conocimiento a mi vez me honro altamente en ayudarle al señor Presidente mi persona con seiscientas lanzas de pelea a favor de nuestra causa tan sagrada (...) Señor disponer de mí y de las fuerzas que estoy pronto a su disposición, ahora y hasta siempre, dando esta

prueba de amistad que tengo el honor de imponer al señor Presidente.(COLIQUEO, 1865, In: OJEDA, 2008, p. 440)

Embora não seja possível afirmar a real intencionalidade de Coliqueo ao colocar seus guerreiros à disposição Mitre, podemos elucidar algumas hipóteses, como a relação entre promover a defesa do “solo onde nasceram”, manifestando tanto sua lealdade a Mitre, quanto reiterando sua afirmação própria de soberania territorial, ambas relacionadas à intenção de seguir desfrutando dos benefícios dos vínculos de amizade mantidos com o presidente.

Muitos grupos indígenas beneficiaram-se de uma maneira indireta das fragilidades vividas pelo governo nacional a partir da deflagração da Guerra do Paraguai. Por exemplo, em 1865, o governo de Bartolomé Mitre firmou um acordo de paz com os *ranqueles*, por meio do qual estes se comprometiam a não mais *malonear* espaços de fronteira, enquanto Buenos Aires entregaria animais e alimentos aos indígenas. Este e outros foram efeitos do deslocamento das tropas dos fortes localizados na região da “fronteira interna” no Pampa, para os campos de batalha no Paraguai, o que deixou a situação da segurança dessa fronteira mais vulnerável às intencionalidades indígenas (SARASOLLA, 2012; RATTO, 2015).

No ano de 1867, o diário *El Nacional* publicou uma série de artigos que problematizavam a questão da segurança da fronteira pampeana. O estado de abandono das fronteiras interiores da República argentina e a proliferação da inquietude das tribos indígenas levaram esse jornal a proferir críticas à maneira como a questão de fronteira foi abordada pelo governo nacional, como nos permite entrever o artigo a seguir:

Una invasión de indios con éxito, era en otros tiempos un gran acontecimiento que conmovía pueblos y Gobiernos; hoy gracias a los talentos y patriotismo de nuestro Gobierno fundado y educado por el General Mitre, nadie habla de las invasiones semanales, sino los deudos de los lanceados, los huérfanos de las madres y esposas cautivadas. Primer, el Chaco estorbó la defensa de las fronteras; por ese pretexto, las cosas fueran más graves. Vino la Guerra del Paraguay, y ya hubo un excelente pretexto para dejar como tabla rasa las fronteras del interior, donde se degüella, cautiva y roba con gran descaso...! – el Gobierno olvida todo eso...!(EL NACIONAL, 1867)

Segundo o periódico, os problemas decorrentes da postura omissa do governo mitrista perante as invasões indígenas eram agravados pelo papel central agora atribuído ao envolvimento do Exército na Guerra do Paraguai como responsável pela

reorganização do serviço militar na região fronteiriça, potencializando a participação dos *vecinos* no trabalho de defesa dos fortes e das estâncias dado a impossibilidade do exército em atuar em duas frentes.

A multiplicação dos *maloneses* do estado de insegurança na fronteira pampeana parece ser a explicação mais plausível para a urgência com que o Congresso Nacional aprovou, ainda no ano de 1867, uma diretriz de incorporação do território austral à jurisdição estatal. Foi no mês de julho em que foi apresentado no Congresso um projeto de lei que previa a ocupação das margens dos rios Negro e Neuquén como linha de fronteira nacional contra os índios, o que implicava em avanço territorial rumo às áreas indígenas do Pampa. Sancionada pelo Congresso Nacional em 13 de agosto de 1867, a Lei nº 215 só foi efetivamente colocada em prática após o término da Guerra do Paraguai. Entretanto, nos anos que se seguiram à sua aprovação, o incremento da movimentação crioula na fronteira e o recorrente descumprimento dos tratados de paz suscitaram a desconfiança e o descontentamento de parcialidades indígenas. Ainda que na maior parte das ocasiões reforçassem em seu discurso o desejo de manter a paz e a convivência com as autoridades nacionais, os caciques e seus índios desenvolveram estratégias de adaptação à situação que se formava.

Para ilustrar tal questão, tomemos como exemplo o posicionamento político assumido por Juan Calfucurá frente a esse novo contexto. Em carta dirigida ao Ministro da Guerra Martín de Gainza no ano de 1869, o cacique esclareceu:

Es que yo no puedo gobernar a estos indios de acá es porque son muchos i la mayor parte de ellos son dueños propietarios de estos campos i armas ellos conocen que cada vez al año vienen sacando para fuera sus fuertes, asiello no quieren quedar sin Campo, por estas son los robos que ven i robos pequenos por esto sucede en el más (CALFULCURÁ, 1869, In: OJEDA, 2008, p. 505).

A partir da fala do *longkosaliner* pode-se deduzir que a intensificação dos roubos às estâncias constituiu um dos meios encontrados pelos nativos para expressar sua insatisfação e reagir à postura mais ofensiva delineada pelo governo argentino. Além disso, ao insistir em sua incapacidade de conter as ações depredadoras, em virtude da diminuição do poder congregacional sobre as comunidades indígenas que antes lhe apoiavam, Calfucurá manteve abertas as portas para as relações políticas e comerciais estabelecidas com os crioulos.

Os índios do Pampa e da Patagônia reagiram de formas diferentes à pressão exercida pelos argentinos. Como parte da consolidação do Estado nacional, fixar as fronteiras internacionais e combater os “desertos” povoados por índios levava a uma tendência do governo em não mais sustentar a negociação diplomática como base das relações interétnicas, substituindo-as por ações cada vez mais ofensivas, o que incluía a diminuição das *raciones* ofertadas aos índios. Essas, já estavam inseridas na sociedade indígena há décadas, o que criou um vínculo de dependência econômica com o governo crioulo, já que os animais obtidos por meio dessas negociações, já estavam inseridos em seu sistema de comércio transandino, bem como em sua subsistência (JONG, 2015).

Como reação, os indígenas utilizaram diferentes estratégias buscando sua resistência e sobrevivência dentro desse novo contexto. Os *ranqueles*, localizados no sul de Córdoba, impuseram sua soberania por meio de tentativas de negociações e conflitos. Os *salineros*, localizados no Pampa ao sul de Buenos Aires e que incluía o cacique Calfulcurá, eram conscientes de seu pertencimento ao território que habitavam, oferecendo resistência às autoridades do governo central argentino que tendiam a não mais reconhecê-los como soberanos. Calfulcurá se fortaleceu como líder da Confederação de Salinas Grandes na tentativa de pressionar o pagamento de rações ao reunir outros caciques empobrecidos pela falta de rações. De fato, o nível de fragmentação e segmentarização dos indígenas pampeanos já se encontrava bastante avançado nesse momento, e por isso a proliferação de episódios que expressam os conflitos, discordâncias e rupturas de alianças que imperavam entre os nativos.

Ainda que nos primeiros anos da década de 1870 o Estado argentino não tivesse sanado por completo os conflitos políticos de ordem interna, tal realidade não minou sua capacidade de intervir na dinâmica das relações indígenas, tampouco diminuiu a atenção conferida pela elite dirigente à política de territorialização. Ao que tudo indica, os nativos se viram progressivamente debilitados em sua capacidade de prestar resistência ao avanço militar sobre suas terras.

A Batalha de San Carlos, ocorrida em março de 1872, foi quiçá a mais importante expressão da fragmentação das alianças indígenas e do início da decadência do poderio de Juan Calfulcurá nos Pampas. Na ocasião, em virtude do descumprimento dos tópicos da paz acordada com o coronel Francisco de Elías, *olongkosalinero* reuniu uma força de cerca de 3500 índios guerreiros contando com o apoio de seus filhos Juan Morales Catricurá e Manuel Namuncurá, de seu irmão

Reuquecurá e de Mariano Rosas. Invadiu as localidades de “25 de Mayo”, “9 de Julio” e “Bragado”, acampou em “La Verde” durante quatro dias e regressou com o botim de 150.000 cabeças de gado. É interessante ressaltar que, na conformação dessa aliança, mais uma vez estiveram ausentes os *manzaneros* de Valentín Sayhueque, interessados em renovar os acordos políticos com o governo de Carmen de Patagones (FOERSTER; VEZUB, 2011, p.280).

Ainda que em menor número, as tropas nacionais comandadas por Ignacio Rivas, comandante chefe da fronteira sul e de Bahia Blanca, e Juan Carlos Boër impuseram-se sobre os indígenas, infligindo uma dura derrota a Calfucurá. Determinante para o sucesso da repressão crioula não foi apenas o envolvimento dos “índios amigos” recrutados por Cipriano Catriel e Ignacio Coliqueo, mas também as novas características incorporadas pelo Exército nacional ao longo da Guerra do Paraguai, ocasião em que os militares argentinos que retornaram do *front* de batalha para atuar na linha de fronteira interna tiveram o seu “horizonte de expectativas” radicalmente transformado por essa experiência bélica.

Constituindo-se agora enquanto uma instituição profissional, coesa e nacional, o Exército argentino intensificou o investimento em sua modernização. O emprego de novas tecnologias, como os fuzis de disparo automático *Remington*, o telégrafo, os navios a vapor e a ferrovia revolucionaram a forma de guerrear e desequilibraram os combates em prol dos crioulos. Além disso, alterou-se o próprio tom do discurso político da geração de veteranos da guerra. Os lentos avanços territoriais e os recorrentes embates contra os indígenas faziam cada vez menos sentido para aqueles que haviam participado de um conflito bélico de dimensões continentais. Nesse contexto, a proposta de realização de uma imediata e derradeira ofensiva contra os nativos, mediante a execução da Lei nº 215, adquiriu novo fôlego entre a elite política argentina.

O episódio da Batalha de San Carlos obteve forte repercussão entre os periódicos bonaerenses e atuou como um importante ponto de inflexão na política de fronteiras no país. Os artigos veiculados pela imprensa lançam luz sobre o seu papel enquanto formadora e fortalecedora de uma opinião pública contrária aos indígenas e favorável à ação do Exército na contenção das invasões. Além de fortalecer o discurso político crioulo contrário aos nativos, a Batalha de San Carlos contribuiu para a fragmentação ainda maior das alianças entre as parcialidades indígenas. Tal conjuntura fortaleceu o sistema de tratados de paz instaurado desde a segunda

metade do século XIX, possibilitando ao Estado argentino imprimir o direcionamento da política de expansão territorial, assim como, em determinados momentos, definir os termos das relações a serem estabelecidas entre os próprios *longkospampeanos*.

Na visão de Calfucurá, o triângulo imaginário constituído por Salinas Grandes, Carhué e Choelechoel era vital para a resistência indígena nos Pampas e na Patagônia. Salinas Grandes consistia no centro nevrálgico do poder político e dos assentamentos indígenas; Choelechoel era a passagem ideal para arreios trasladados ao Chile; Carhué, por sua vez, era a porta de entrada ao território livre (SARASOLLA, 2011). Nas vésperas de sua morte, mesmo debilitado e amargurado pela derrota sofrida em San Carlos, Calfucurá havia reunido forças para solicitar a Martín de Gainza o respeito à soberania territorial indígena:

Esceletisimo señor tocante a la Poblacion de Carhue que nos dicen que es por sus órdenes en esto pido se resuelvan nosotros que somos dueño de esta America no es justo que nos dejen sin Campo pero espero que Usia se olvide de Carhuesi es que an dado orden i si no lo han dado es mejor asi no me estiando mas. (CALFULCURÁ, 1874, In: OJEDA, 2008, p. 526)

Sendo o território do Pampa considerado propriedade do Estado argentino, a posse dos índios sobre os terrenos que ocupavam era interpretada em termos jurídicos como uma concessão estatal, e não como um direito inalienável. Dessa forma, legitimou-se a liberdade de intervenção do governo nacional sobre tais áreas, mediante o estabelecimento de fortes militares e da atuação reguladora dos chefes de fronteira. Durante as décadas que se seguiram, ocupar as áreas indígenas foi uma prioridade do Estado argentino. Os tratados deixaram de ser uma opção importante nas relações interétnicas e a guerra foi fortalecendo-se como posição oficial para estabelecer definitivamente a nova fronteira nos rios Negro e Neuquén, conquistando as áreas indígenas e abrindo as possibilidades para avançar o território argentino rumo a Patagônia.

Debilitadas, fragmentadas e desamparadas pela opinião pública e pelos dirigentes civis e militares, as parcialidades indígenas se viram obrigadas a recorrer a meios alternativos à diplomacia fronteiriça para sobreviverem à ofensiva bélica colocada em prática pelo Estado argentino. Se até então *omalón* consistira em um problema de segurança interna, vinculado a um sistema de repressão policial que

envolvia um grupo reduzido de personagens da sociedade crioula, a partir de agora converte-se em um problema político, que passa a definir as práticas institucionais do Estado argentino moderno.

Apesar das políticas de fronteira já estarem se modificando progressivamente no sentido de limitar o espaço dos indígenas no Estado que se consolidava, a chegada de Nicolás Avellaneda à presidência da República, no ano de 1874, representou uma guinada dessas políticas no sentido de promover o aumento da violência e a diminuição dos acordos. O Estado, que na década de 1870 já possuía seu aparato institucional e corpo militar organizado, tendia a trocar as negociações pelo conflito, dentro de um contexto onde a busca pela utopia da civilização esbarrou com a sobrevivência autônoma dos povos indígenas. Raça e cultura estavam intrinsecamente relacionadas na intelectualidade do século XIX, que se apoiava em padrões científicos com o objetivo de construir Estados construídos sob a base de uma população “civilizada”.

Fontes Primárias

El Nacional, nº 6312, 02/08/1867, Biblioteca del Congreso de la Nación Argentina AGN (Archivo General de la Nación, Argentina), Fondo Juan Manuel Rosas, Leg. 1040, Comunicações de militares para Rosas, 4/11/1832, diversos autores.
ALBERDI, Juan Bautista. **Bases:** y puntos de partida para la organización política de la República Argentina (1845).
SARMIENTO, Domingo F. **Facundo.** Ou civilização e barbárie (1851). São Paulo: Cosac Naify, 2010

Referências Bibliográficas

BECHIS, A. Martha. **Piezas de Etnohistoria y de antropología histórica.** Buenos Aires: Sociedad de antropología Argentina, 2010

BECHIS, Martha. “Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX”. In: **Caudillismos rioplatenses.** Nuevas miradas a un viejo problema. GOLDMAN, Noemí; SALVATORI, Ricardo (org.) Buenos Aires: Eudeba, 1998.

BECHIS, Martha. La organización nacional y las tribus pampeanas en Argentina durante el siglo XIX. *Revista Tefros* - vol. 4 n. 2 - ago./dic. 2006

BECHIS, Martha. Los lideratos políticos en el área raucopampeana en el siglo XIX: ¿poder o autoridad? Trabalho apresentado no I Congresso Internacional de Etnohistoria, Buenos Aires, 17-21 de julho de 1989 e editado em Maria de Hoyos (coord.). **Etnohistoria, publicación especial de NAYa en CD,** Buenos Aires, 1999.

BONATTI, Andrés Bonatti; VALEZ, Javier. **Una guerra infame.** La verdadera historia de la Conquista del Desierto. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

DORATOTO, Francisco Fernando. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

FOERSTER, Rolf; VEZUB, Julio. “Malón, ración y nación en las pampas: el factor Juan Manuel de Rosas (1820-1880)”. **HISTORIA**, nº 44, vol.2, julio-diciembre 2011, pp.259-286.

FRADKIN, Raúl O., GELMAN, Jorge. *Juan Manuel de Rosas*. La construcción de un liderazgo político. Buenos Aires: Edhasa, 2015.

JONG, Ingrid de. “Armado y desarmado de una confederación: el liderazgo de Calfucurá en el período de la organización nacional”. **Quinto Sol**, nº 13, 2009

JONG, Ingrid de. Entre el malón, el comercio y la diplomacia: dinámicas de la política indígena en las fronteras pampeanas (siglos XVIII y XIX): un balance historiográfico. *Revista Tiempo Histórico*. Santiago – Chile, año 6, n.º 11, Jul-Set, 2015.

JONG, Ingrid; OHMSTEDTE, Antonio Escobar (org.). **Las poblaciones indígenas y los Estados en la América Latina decimonónica**. Ciudad de México: El colegio de México, El colegio de Michoacán, Centro de investigaciones y estudios superiores en antropología social, 2016.

LETTIERI, Alberto. **La República de las Instituciones**. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880). Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

LUIZ, María Tereza. **Relaciones fronterizas en Patagonia: la convivencia hispano-indígena a fines del período colonial**. Ushuaia: Asoc. Hanis, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografía Histórica no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

MYERS, Jorge “A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825). In: **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. PAMPLONA, Marco Antônio e MADER, Maria Elisa (org.) São Paulo: Paz e Terra, 2010.

NACUZZI, Lidia e LUCAIOLI, Carina P. (org.) **Fronteras: Espacios de Interacción en las tierras bajas del sur de América**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2010

OJEDA, Jorge Pavez. **Cartas Mapuche (siglo XIX)**. Santiago: CoLibris/Ocho Libros editores, 2008.

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas entre Argentina e Nova Zelândia (1826-1885)**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

QUIJADA, Mónica. La lenta configuración de una “Ciudadanía cívica” de frontera. Los indios amigos de Buenos Aires, 1820-1879 (con un estudio comparativo Estados Unidos-Argentina). In: QUIJADA, Mónica. (ed.) **De los cacicazgos a la ciudadanía**. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2011.

RATTO, Silvia. **Redes políticas en la frontera bonaerense (1836-1873): crónicas de un final anunciado**. Bernal: Universidad de Quilmes, 2015

SARASOLLA, Carlos Martinez. **La Argentina de los caciques:** o el país que no fue. Buenos Aires: Del Nuevo Extremo, 2012

TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina,** 1806-1852. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

WALTHER, Juan Carlos. **La conquista del desierto:** síntesis histórica de los principales sucesos ocurridos y operaciones militares realizadas en la pampa y Patagonia, contra los indios (años 1527-1885). Buenos Aires: Círculo Militar, 1948.

Recebido em Março de 2018

Aprovado em Maio de 2018